

# NONNA

Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XVI | Número 202

## Os 70 anos da CLT

O presidente do TST, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, proferiu palestra sobre o tema na Escola Judicial do TRT-PR



 Inara Passos

*Presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, e o presidente do TST, ministro Carlos Alberto Reis de Paula*

### **Desembargador Cássio Colombo**

A presidente Dilma Rousseff nomeou o juiz Cássio Colombo Filho como desembargador do TRT-PR.

► PÁGINA 3

### **Novos magistrados no TRT-PR**

Seis juízes substitutos foram aprovados em concurso público e integram a Magistratura Trabalhista do Paraná.

► PÁGINA 9

### **Convênio com universidades**

O TRT-PR firmou convênio com duas universidades para prestação jurídica gratuita a pessoas de baixa renda.

► PÁGINA 10

# Deputado Alex Canziani e procuradores visitam TRT-PR

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, recebeu no dia 10 de maio o deputado Alex Canziani, o procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região Ricardo Bruel da Silveira e o procurador-chefe substituto Gláucio Araújo de Oliveira. Deputado Federal pelo PTB, Canziani é londrinense, 48 anos, bacharel em Direito. O parlamentar é atualmente membro da Comissão de Educação na Câmara dos Deputados. A visita de cortesia foi acompanhada pelo vice-presidente do TRT-PR, desembargador Altino Pedrozo dos Santos.



TRT do Paraná recebeu autoridades no gabinete da presidência

## Seminário na Escola Judicial

O Seminário “Crise do Capital e o Mundo do Trabalho no Brasil Atual”, realizado no auditório da Escola Judicial (EJ), foi coordenado pelo juiz Leonardo Vieira Wandelli e pelo advogado e professor Wilson Ramos Filho. A desembargadora e diretora da EJ Marlene Fuverki Suguimatsu conduziu a abertura dos trabalhos. O evento contou com a presença da vice-prefeita de Curitiba Mirian Gonçalves, da presidente da Academia Paranaense de Direito do Trabalho, a procuradora Aldacy Rachid Coutinho, e do coordenador-geral do GP-TREC, Wilson Ramos Filho. Em seguida, houve a participação de Márcio Tulio Viana (PUC-MG/UFMG) e Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva (UFRJ/TRT-RJ). O evento foi promovido pela Escola Judicial do TRT-PR, Faculdades Integradas do Brasil, Prefeitura de Curitiba, Associação dos Magistrados da 9ª Região.



Vice-Prefeita de Curitiba, Mirian Gonçalves, desembargadora Marlene Fuverki Suguimatsu, procuradora Aldacy Rachid Coutinho e o advogado Wilson Ramos

## Expediente

### Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Vice-Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Corregedor Regional:

Desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior

Diretor-Geral:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretária-Geral da Presidência:

Angelica Maria Juste Camargo

Secretária-Geral Judiciária:

Ana Cristina Lavalle

Secretária do Tribunal Pleno

Órgão Especial e Sessão Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessoria de Imprensa e  
Assessoria de Comunicação Social

Jornalistas responsáveis:

Gilberto Bonk e Luiz Munhoz

Redação:

Gilberto Bonk, Luiz Munhoz  
e Nelson Copruchinski

Estagiários:

Juliana Herrera, Lucas Karas,  
Luciana dos Santos, Narley Resende  
e Tatyana Bassa

Fotografia:

Gilberto Bonk, Inara Passos, Thyrsa Wolk e Luiz  
Munhoz

Revisão:

Gilberto Bonk, Luiz Munhoz e  
Nelson Copruchinski

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

700 exemplares  
Disponível no site do TRT  
[www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br)

Impressão:

Gráfica Adescryn

### Missão do TRT-PR

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

### Visão do TRT-PR

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”.

### Sugestões de matérias

Assessoria de Comunicação Social  
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar  
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR  
Fone: (41) 3310-7309  
[ascom@trt9.jus.br](mailto:ascom@trt9.jus.br)

# Juiz Cássio Colombo Filho toma posse como desembargador no TRT-PR

A presidente Dilma Rousseff nomeou o juiz Cássio Colombo Filho como desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. A promoção se deu por critério de merecimento, em vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Márcio Dionísio Gapski. Com a sua nomeação, o TRT paranaense passa a contar com 30 desembargadores.

► **PERFIL** - Mestre em Direitos Fundamentais e Democracia, pela Unibrasil-PR (2012); especialista em Teoria Crítica dos Direitos Humanos pela Universidad Pablo de Olavide (Sevilla/Espanha, 2011); especialista em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP (1990); graduação em Direito (Ciências Jurídicas e Sociais), iniciada na PUC-SP e concluída na Faculdade de Direito de São João da Boa Vista (1984); juiz do trabalho do TRT-PR, titular da 21ª VT de Curitiba-PR (desde 24/08/2009), convocado na 4ª Turma do TRT9 (desde 17/10/2011); conselheiro da Escola Judicial do TRT-PR e da Escola da Amatra - IX - Ematra; presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TRT-PR; professor dos cursos de especialização em Direito do Trabalho e Previdenciário e Preparatório da Amatra IX e professor convidado do Curso



O novo desembargador recebe os cumprimentos da presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

de Especialização em Direito do Trabalho da UNICURITIBA. Oficial da Reserva da Arma de Cavalaria do Exército Brasileiro - 1º Tenente.

Luiz Munhoz



O desembargador Cássio com a presidente do TRT-PR



O magistrado com familiares



O desembargador recebeu a carteira funcional



Desembargador Cássio com os servidores do seu gabinete

# Diálogos sobre o trabalho doméstico

**J**uízes e desembargadores da Justiça do Trabalho do Paraná estiveram reunidos no dia 3 de maio nas cidades de Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel, para debater questões relacionadas ao trabalho doméstico.

Dentro do projeto denominado "Diálogos da Magistratura sobre o Trabalho Doméstico", os magistrados examinaram as disposições da Emenda Constitucional 72 que alterou o art. 7º da Constituição Federal prevendo novos direitos para essa categoria de trabalhadores e a sua integração à previdência social.

Questões como o reconhecimento do direito a associação sindical e a validade dos contratos coletivos, pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade, duração, controle e regime de compensação da jornada de trabalho, banco de horas, adoção de regime de 12 x 36 horas, adicional noturno, intervalo intrajornada, recolhimento do FGTS, abono do PIS, salário-família e fiscalização no ambiente residencial, foram alguns dos pontos polêmicos debatidos.



*EJ do TRT-PR*  
**Magistrados debateram questões sobre o trabalho doméstico**

Cinco novos magistrados, que participam de curso de formação, também estiveram presentes no encontro ocorrido na capital paranaense.

*Nelson Copruchinski*

# Expansão do PJe-JT é suspensa para alinhamento ao e-Gestão

O Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Ives Grandra da Silva Marins Filho, solicitou a suspensão da expansão do PJe, embasado no fato de que o "sistema ainda não contempla o módulo de indicadores necessário a atender o Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão). Esse módulo, que já está sendo desenvolvido, será finalizado em

27 de junho", afirma o ministro. Tal proposição foi atendida pelo presidente do TST, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, que suspendeu a implantação do sistema PJe-JT em novas unidades judiciárias, durante o período de 3 a 28 de junho de 2013, visando seu alinhamento ao e-Gestão e levantamento dos dados estatísticos do novo sistema.

*Luiz Munhoz*

## Várias formas de acesso ao PJe-JT

A Comissão de Informática do TRT do Paraná alerta que existem diversas alternativas para acessar o sistema de processo eletrônico (PJe-JT).

A forma mais simples é por meio da página inicial do TRT do Paraná ([www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br)), clicando-se na barra superior direita em PJe. Outra forma é através do link <http://pje.trt9.jus.br>.

O acesso ao PJe também pode ser feito na página do CSJT (<http://www.csjt.jus.br/pje-jt>), na janela Escolha o Tribunal, clicando-se em TRT- 9ª Região (PR). Existe, ainda, uma quarta possibilidade, bastante utilizada, que é o acesso através de um site de buscas, digitando-se, por exemplo, o texto "PJe TRT9".

"O conhecimento dos diversos caminhos que levam ao acesso do PJe-JT é de grande importância para os advogados e usuários do sistema, na hipótese de acontecer qualquer impedimento no modo de acesso ao qual já estávamos acostumados", completou o desembargador Ubirajara Mendes.

*Nelson Copruchinski*

# Trabalho decente e coletivização do processo são temas de oficina no TRT-PR



Membro da SDH da Presidência da República, José Guerra, desembargadora Ana Zaina e o juiz Leonardo Wandelli

**T**rabalhadores que faziam suas refeições no mesmo ambiente em que eram armazenados agrotóxicos ou eram alojados em chiqueiros desativados, sem banheiro, eram transportados junto a ferramentas e defensivos e mantidos sob vigilância armada e ostensiva, sem pagamento de salário e sem poder aferir sua própria produção, como no caso de cortadores de cana: essas foram algumas das condições de trabalho que foram apresentadas na Oficina de Trabalho Decente e a Coletivização do Processo, promovida pela Escola Judicial.

“Ninguém é feliz sem um trabalho decente. Ao trabalhador não basta apenas inclusão, mas inserção, para que tenha dignidade e condições de vida na sociedade que o conduzam a uma plenitude de excelência humana”. Assim se expressou a desembargadora Ana Carolina Zaina, vice-diretora da Escola Judicial na abertura dos trabalhos. A oficina também contou com a participação de José Armando Fraga Diniz Guerra, coordenador geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Tendo o juiz do trabalho Leonardo Vieira Mandelli na presidência da mesa, a Auditora Fiscal do Trabalho Lilian Carlota Rezende demonstrou como é feito o trabalho de prevenção e fiscalização do trabalho semelhante ao escravo que, na atualidade, tem ação conjunta do Ministério do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal e magistrados. A coordenação é feita pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, em Brasília. “Como resultado são lavrados os autos de infração, há o resgate dos trabalhadores, o pagamento de verbas rescisórias, liberação do seguro desemprego e o retorno do trabalhador à origem”, disse Lilian Rezende.

Nailor Grossel, também Auditor Fiscal do Trabalho, apresentou o tema “Procedimentos e Aspectos Controvertidos

da Ação Fiscal da Inspeção do Trabalho”. Para ele, “o Auditor Fiscal do Trabalho é uma espécie de “juiz executivo”, pois exercendo o poder de polícia lhe cabe exigir o cumprimento da lei e, em alguns casos, até mesmo executá-la”.

As ações judiciais que impugnam as medidas impostas pela fiscalização foram tratadas pela advogada da União, Rita de Cássia Rezende. Segundo ela, o art. 149 do Código Penal estabelece pena para quem submete o trabalhador à atividade degradante, exaustiva, forçada ou o mantém em servidão por dívida, bastando ocorrer apenas uma dessas figuras para o seu enquadramento.

“Embora exista ainda alguma confusão em relação ao trabalho degradante, percebe-se que é aquele que se opõe ao trabalho digno e decente. Ele avilta o trabalhador prejudicando-o na sua segurança e não respeita suas necessidades de alimentação e de proteção contra as intempéries”, informou a advogada da União.

**► O MAIOR JUDICIÁRIO DO MUNDO** - Nos Estados Unidos, o judiciário está preocupado com o aumento da demanda que pulou de 690 mil para 740 mil processos anuais. No Brasil temos cerca de 26 milhões de novos processos ingressando todos os anos. Somos o maior judiciário do mundo. A legislação brasileira é complexa e culturalmente não prestigiamos os acordos. Tudo é levado a litígio. De 1940 a 2005, passamos de uma sociedade rural, com poucos processos, para uma sociedade urbana e litigiosa.

Esses dados foram trazidas na manhã do dia 5 por Marcus Menezes Barberino Mendes, juiz do trabalho titular da 15ª Região, Campinas, na palestra “Prática Processual Coletiva”, que também analisou algumas ações civis públicas apresentadas pelo Ministério Público do Trabalho contra grandes empresas nacionais brasileiras envolvendo danos à coletividade, terceirização indevida e instituição de transporte público sem o pagamento de horas “in itinere”.

O procurador do trabalho do Mato Grosso do Sul, Jonas Ratier Moreno, encerrou a Oficina detalhando o tema “Atuação do Ministério Público do Trabalho no Processo Coletivo”. Trouxe a informação de que o número de trabalhadores resgatados que se encontravam em situação análoga ao de escravo gira atualmente em torno de 2.500, mas já esteve perto de 6 mil em 2007. Para Jonas Moreno, as causas que levam a essa situação são a impunidade, a busca de lucro, o desemprego, a miséria e a existência de aliciamento feito pelos chamados “gatos”. A reparação é feita pela investigação, inquérito civil, termos de ajuste de conduta no Ministério Público do Trabalho, ação civil pública, reconhecimento judicial de dano moral coletivo, multas, cadastramento dos empregadores.

# Ministro Carlos Alberto Reis de Paula visita o TRT do Paraná

O ministro presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Carlos Alberto Reis de Paula, esteve em Curitiba, no dia 10 de maio, para proferir palestra sobre a CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, que completou 70 anos neste ano. A palestra foi no auditório da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região.

No gabinete da presidência, o ministro concedeu entrevista coletiva à imprensa. Em seguida, o presidente do TST participou da solenidade de aposição do retrato do ex-presidente do TRT-PR, do desembargador e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Ney José de Freitas, na galeria de presidentes, e da inauguração da Galeria de Diretores da Escola Judicial do TRT-PR.

A CLT foi criada em 1943 - hoje o Brasil conta com 1370 Varas do Trabalho e mais de 2300 Juízes do Trabalho.

► **INAUGURAÇÃO** - O ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-PR) e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Ney José de Freitas teve seu retrato apostado na galeria de presidentes do TRT-PR, no Centro de Memó-

ria, localizado no prédio sede do Tribunal. O ministro Carlos Alberto Reis de Paula, que em seu discurso enalteceu o homenageado. "Ney José de Freitas foi um conselheiro exemplar em sua passagem por essa corte, em cargos que vão de juiz a conselheiro; contribuiu e continua contribuindo com a Justiça do Trabalho", enalteceu o ministro.

A presidente do TRT-PR ressaltou a importância da gestão do ex-presidente Ney José de Freitas. "Ele não se limitou a instalar Varas de Trabalho, dirigir obras civis, inaugurar espaços e inovar procedimentos; cultuou a Justiça do Trabalho e a sua história". Sobre a galeria de presidentes, a desembargadora Rosemarie afirma que os retratos trazem a história dos 37 anos do TRT-PR em suas imagens. "As expressões materializadas nesta galeria marcam a história da Justiça do Trabalho".

A abertura das solenidades de inauguração da Galeria de Diretores da EJ foi feita pela desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu. Ela ressaltou que "os magistrados serão eternizados nos retratos e por certo levarão em sua memória os seus períodos de intensa e dedicada atuação".



Descerramento da fotografia do conselheiro do CNJ Ney José de Freitas, na galeria de ex-presidentes do TRT-PR



A desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu inaugurou a Galeria de Diretores da Escola Judicial do TRT-PR



Ministro Carlos Alberto Reis de Paula e a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão durante entrevista coletiva

► **HOMENAGENS** - Como parte das comemorações dos 70 anos da CLT, o desembargador Luiz Eduardo Gunther homenageou o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, com a entrega do exemplar da edição histórica da CLT, datada de 1945, no hall da EJ.

O desembargador Luiz Eduardo Gunther presenteou também o TRT com oito livros clássicos do Direito brasileiro que passaram a integrar o acervo do Centro de Memória da biblioteca do Tribunal. Entre as obras está o parecer do senador Rui Barbosa ao projeto do Código Civil de 1902.

A desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, pediu o registro do agradecimento formal ao desembargador Luiz Eduardo Gunther pelo presente pessoal que recebeu - o exemplar de 1944 do livro "Das Relações de Emprego no Direito do Trabalho segundo a CLT", de Hirosê Pimpão. A presidente citou o filósofo Gotthold Lessing para agradecer os presentes: "É a intenção e não a doação que faz o doador".

► **70 ANOS DA CLT** - No dia 3 de maio, durante a audiência de conciliação do dissídio coletivo nº 856-2012-909-09-00-9, o vice-presidente do TRT-PR, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, contextualizou a criação da CLT, cujo surgimento se deu pela necessidade de se reunir num só texto todas as leis esparsas que regulavam as relações individuais e coletivas de trabalho no início da década de 1940 – uma exigência constitucional após a criação da Justiça do Trabalho em 1940. À época, sob a presidência de Getúlio Vargas, o ministro do trabalho Alexandre Marcondes Filho, incumbiu os juristas Arnaldo Lopes Sússekind, José de Segadas Viana, Luís Augusto Rego Monteiro, Oscar Saraiva e Dorval Lacerda Marcondes, na tarefa de elaborar aquela que seria hoje a CLT.

Os juristas criaram um anteprojeto, publicado no Diário Oficial, com o objetivo de receber sugestões. Foram recebidas duas mil sugestões. O resultado foi a conversão do anteprojeto no Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Publicado no Diário Oficial da União de 9 de agosto, o decreto-lei entrou em vigor em 10 de novembro do mesmo ano.

O magistrado ressaltou que a CLT tem sido taxada de excessivamente protecionista, desincentivadora das relações de trabalho, com reflexos negativos na economia do país. Todavia, "o documento recebeu nesses 70 anos cerca de 500 alterações que tiveram por objetivo, evidentemente, atualizá-la e compatibilizá-la às novas formas e condições de prestação de labor, geradas pelo avanço da tecnologia e da globalização, que derrubaram fronteiras e ampliaram expressivamente o alcance e abertura de novos mercados".

"Sabemos que a CLT tem que se adequar aos novos tempos, mas também precisamos pensar que toda e qualquer alteração que venha a restringir direitos, principalmente dos trabalhadores - parte que chamamos de hipossuficientes, economicamente mais fraca -, evidentemente tem que ser vista com olhos de quem está pensando na pacificação social", completou o desembargador.

► **CONCILIAÇÃO** - A audiência prosseguiu e as partes entraram em acordo. Após oito anos de discussões, as categorias, finalmente, ajustaram uma Convenção Coletiva de Trabalho. O documento deverá ser juntado aos autos no prazo de 60 dias, a fim de ser analisado pelo Ministério Público e pelo



*Desembargador Luiz Eduardo Gunther entrega exemplar da 1ª edição da CLT ao Ministro Carlos Alberto Reis de Paula*

Tribunal, para posterior homologação.

Após a audiência, o desembargador Altino agradeceu aos advogados das partes, Dr. André Franco de Oliveira Passos (representando as suscitantes) e Dra. Soraya dos Santos Pereira (representando a suscitada) e finalizou: "De nada adiantaria o esforço do Tribunal e do Ministério Público para se chegar a uma conciliação se nós não tivéssemos advogados e líderes sindicais comprometidos com a proposta de diminuir a questão da judicialização do conflito, mudando a feição judicatória da Justiça do Trabalho para uma justiça harmonizadora".

O dissídio coletivo nº 856-2012-909-00-09-9 apresenta como suscitantes: Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de Apucarana; Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Empresas de Transportes de Cargas, Passageiros Urbanos, Motoristas, Cobradores de Linhas Intermunicipal, Interestadual e de Turismo de Campo Mourão; Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cascavel; Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Dois Vizinhos; Sindicato Profissional dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Guarapuava; Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Londrina; Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Empresas de Transportes de Cargas, Passageiros Urbanos, Cobradores, de Linhas Intermunicipal, Interestadual e Turismo de Maringá; Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de Paranaguá; Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Pato Branco; Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Ponta Grossa; Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Telêmaco Borba; Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Toledo; Sindicato dos Trabalhadores e Condutores em Transportes Rodoviários e Anexos de Umuarama; Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de União da Vitória; Sindicato dos Trabalhadores Condutores de Veículos Motonetas, Moto-ciclistas e Similares de Curitiba e Região Metropolitana. O suscitado é o Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado do Paraná.

*Gilberto Bonk e Narley Resende (estagiário)*  
Acompanhamento: Luiz Munhoz

## DECISÕES EM DESTAQUE

## Anotação irregular em carteira de trabalho gera indenização

**A** pesar de não ter sido contratada, a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de candidata a uma vaga de emprego em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, foi anotada com a frase “reprovação em processo de seleção e exames” e, por isso, deve receber R\$ 5 mil de indenização por dano moral. O juiz da 1ª Vara do Trabalho de Araucária, Luciano Augusto de Toledo Coelho, entendeu que a anotação pode influenciar na decisão de futuros empregadores e que seria desnecessária. A candidata não consolidou vínculo com a empresa por não ter trabalhado em nenhum período.

Na ação, a candidata pediu indenização de R\$ 30 mil por danos morais e materiais. A sentença foi favorável à ação por dano moral e não reconheceu o dano material. De acordo com a sentença, “uma condenação em R\$ 30.000,00 representaria verdadeiro 'prêmio'. Por outro lado, o dano não é irrisório, a atitude da ré ao macular a CTPS da autora gera dano, como se viu, e valores excessivamente módicos também não se mostram adequados”. O valor foi, então, reajustado: “Registre-se que inexistem danos materiais provados nos autos, portanto, reputo razoável, a título de danos morais, o valor de R\$ 5.000,00”, diz o juiz.

A empresa interpôs recurso ordinário e os desembargadores da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná mantiveram a decisão. Entenderam que de fato havia prejuízo à trabalhadora com a anotação feita na CTPS e que “o valor deve ser suficiente para reparar a situação criada e também estimular a empresa a rever os procedimentos em casos futuros”. A decisão foi publicada pelo TRT-PR no dia 17 de maio. O número do processo é 01379-2011-654-09-00-8 (RO).

*Narley Resende / Acompanhamento: Luiz Munhoz*

## TRT-PR assina convênio com universidade

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná celebrou convênio com a Universidade Positivo (UP) que proporcionará atendimento gratuito a pessoas carentes que sejam ou venham a ser parte (polo ativo ou passivo) em processos trabalhistas que tramitam sob a jurisdição das Varas do Trabalho de Curitiba.

O atendimento ficará a cargo do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Universidade e poderá atender causas no valor de até 40 salários mínimos.

A assistência será feita mediante procura espontânea do cidadão ao NPJ da Universidade, ou por designação de professor advogado, na qualidade de defensor dativo, a ser realizada pelos juízes do Fórum Trabalhista de Curitiba.

A Universidade Positivo fornecerá instalações, recursos materiais e pessoal (incluindo alunos) para o integral acompanhamento da demanda processual, inclusive em audiências. Terá a incumbência, também, de emitir convites às partes assistidas para comparecimento ao NPJ com o objetivo de serem orientadas sobre o andamento do processo. Tudo sem custo algum ao Tribunal.

A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Die-drichs Pimpão, acentua que o convênio representa ação inclu-

siva que facilita o acesso ao Judiciário por um número maior de cidadãos – notadamente os mais carentes de recursos financeiros. “Poder público e instituições privadas podem e devem, de modo complementar, instituir políticas conjuntas e harmônicas, em especial quando voltadas ao cumprimento das missões sociais que lhes competem”, afirma a magistrada.

Não é inédita a parceria entre o TRT-PR e instituições de ensino com o objetivo de atender gratuitamente cidadãos hipossuficientes. Em julho do ano passado, o Tribunal assinou convênio com o Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA) nos mesmos moldes do convênio atual.

Os interessados em solicitar atendimento no Núcleo de Práticas Jurídicas das universidades citadas, poderão obter informações pelos seguintes contatos:

**Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)**

Rua Desembargador Westphalen, 2005/2007, Rebouças. Telefone: 3213-8820.

**Universidade Positivo (UP)**

Rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, 5.300, Campo Comprido. Telefone: 3317-3205.

*Gilberto Bonk*

# Novos magistrados tomam posse no TRT



Os juízes aprovados no concurso são: Lorena de Mello Rezende Colnago, Bárbara Fagundes, Michele Fernanda Bortolin, Osmar Rodrigues Brandão, Ilina Maria Jurema Maracajá Coutinho e Hamilton Hourneaux Pompeu

No dia 29 de abril, sob a condução da presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, ocorreu a solenidade de posse de seis dos juízes substitutos aprovados no XXIII Concurso Público da Magistratura Trabalhista do Paraná. A sessão foi realizada às 14 horas no prédio sede do Tribunal, localizado na Alameda Carlos de Carvalho, 528, em Curitiba.

O vice-presidente e o corregedor regional do TRT-PR, desembargadores Altino Pedrozo dos Santos e Dirceu Buyz Pinto Junior, receberam os novos magistrados: Lorena de Mello Rezende Colnago, Hamilton Hourneaux Pompeu, Michele Fernanda Bortolin, Osmar Rodrigues Brandão, Ilina Maria Jurema Maracajá Coutinho e Bárbara Fagundes.

A empossanda Lorena de Mello Rezende Colnago, escolhida para discursar em nome dos novos juízes, ressaltou o orgulho de ingressar na Justiça do Trabalho no momento histórico em que a Consolidação das Leis Trabalhistas comemora 70 anos. “É uma alegria estarmos aqui, após uma longa caminhada de estudos, privações e perseverança, acalentada pelo sonho de ingressar na magistratura trabalhista para servir à sociedade, contribuindo com a construção de um Brasil mais justo e igualitário”.

Saudando os novos juízes, a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão declarou: “A Escola Judicial e os colegas de primeiro e segundo grau estão à inteira disposição. Contem com essencial vigilância do Ministério Público. Não dispensem o aprendizado que os experientes servidores podem lhes proporcionar, pelo elevado respeito e amizade que nos dedicam. Não olvidem a vital importância do advogado, operador do Direito a serviço do jurisdicionado”.

A presidente aconselhou os novos magistrados a “guardar sempre em suas mentes e corações que a lei é muito mais que o instrumento de limitação do poder. É também o fruto da variada tábua de valores de uma nação, da qual fazem parte o estofo moral e o espírito laborioso daqueles que a aplicam”.

O presidente da Amatra IX, juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, afirmou que sempre é uma honra à Amatra IX saudar novos juízes. Ressaltou a nobreza da profissão e a “necessidade de prestar um serviço público de qualidade a todos os que necessitam do Poder Judiciário”.

Representando o Ministério Público do Trabalho do Paraná, o procurador-chefe Ricardo Bruel da Silveira, dirigindo-se aos empossandos, declarou serem enormes os desafios da magistratura. “Contudo, vossas excelências são plenamente capazes, pois venceram um concurso público de altíssima complexidade. Conhecem, portanto, as técnicas que a carreira exige. Exerçam as atividades com bom senso e qualidade e contem com a colaboração do MPT-PR”.

O presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, Aramis de Souza Silveira, afirmou ser evidente a satisfação no olhar dos empossandos ao longo da solenidade e acrescentou que deseja encontrar em breve os novos juízes em sala de audiência, para os desafios cotidianos.

A ata de posse e exercício foi assinada pelos novos juízes substitutos enquanto o Grupo Vocal Paraná Em Canto apresentou, sob a regência do maestro Anderson Nascimento, a canção “Corcovado”, de Tom Jobim.

O Hino Nacional Brasileiro foi executado em harpa pelo músico Ubiracy Severo Franco de Godoy, servidor do TRT-PR.

 Gilberto Bonk



# Centro de Memória do TRT-PR participa da 11ª Semana de Museus

O Centro de Memória da Justiça do Trabalho do Paraná participa da 11ª Semana de Museus: memória + criatividade = mudança social, realizada em todo o país de 13 a 19 de maio.

O evento foi iniciado com a execução de peças para piano pelo servidor Luiz Eduardo de Menezes. Em seguida, o desembargador aposentado e ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, Pretextato Pennafort Taborda Ribas Neto, discursou sobre a história da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Sua fala foi seguida pela palestra "Museu e Memória – Trajetória e Desafios", apresentada pelo professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná Luís Fernando Lopes Pereira - doutor em História Social (USP/SP).



O vice-presidente do TRT-PR, desembargador Altino Pedrozo dos Santos com o ex-presidente do Tribunal, desembargador aposentado, Pretextato Pennafort Taborda Ribas Neto

A palestra foi prestigiada por juízes, desembargadores e servidores do Tribunal, e contou com presença da turma de História da Pontifícia Universidade Católica, que também visitou a exposição "Os Trabalhadores Rurais e a Justiça do Trabalho", em exibição no Centro de Memória.

Luciana dos Santos (estagiária) / Acompanhamento: Luiz Munhoz

## ► SERVIÇO

O Centro de Memória do TRT-PR fica aberto de segunda à sexta-feira, das 10h às 19h.

Informações: (41) 3310-7741 ou [memorial@trt9.jus.br](mailto:memorial@trt9.jus.br)



A execução de peças para piano, realizada pelo servidor Luiz Eduardo de Menezes, iniciou o evento

## Trabalho doméstico é tema em destaque

A 17ª edição da Revista Eletrônica da Escola Judicial do TRT-PR debate tema de grande repercussão no campo das relações trabalhistas na atualidade: o trabalho doméstico.

A publicação traz artigos da ministra do TST, Delaíde Alves Miranda Arantes, do desembargador do trabalho do TRT8 (PA/AP), Georgenor de Sousa Franco Filho, do desembargador do TRT10 (DF/TO), Alexandre Nery de Oliveira, do desembargador da 2ª Região (SP), Francisco Ferreira Jorge Neto, do assessor de desembargador Adriano Fracapani, dos juízes do trabalho Luciano Augusto de Toledo Coelho, Lorena de Mello Rezende Colnago, Felipe Calvet, Nancy Mahra de Medeiros Nicolas Oliveira e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dos professores Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Thays Almeida Monticelli, Marlene Tamanini, Alessandra Barichello Boskovic, Lenir Mainardes da Silva,

Valdyr Perrini, Sidnei Machado e Hélio Gomes Coelho; dos advogados Edésio Passos e André Passos; da mestre em ciências jurídicas Marcia Kazenoh Bruginski; e do doutor em direito Marco Antônio César Villatore.

A revista reúne, ainda, a pesquisa de Acórdãos e Ementas do TRT-PR e do TST, e traz os instrumentos normativos da OIT relacionados à matéria [Recomendação 201 e Convenção 189].

A Revista Eletrônica da Escola Judicial do TRT-PR existe desde 2011. A partir de sua criação, as edições online da revista receberam mais de 350 mil consultas. A publicação pode ser acessada através do link [www.mflip.com.br/pub/escolajudicial](http://www.mflip.com.br/pub/escolajudicial).

Luciana dos Santos (estagiária) / Acompanhamento: Luiz Munhoz

# Sarau reúne magistrados e servidores

No dia 6 de maio, a partir das 19 horas, magistrados e servidores reuniram-se no foyer do prédio sede do TRT-PR para um encontro cultural, no qual a música foi o destaque. O desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, um dos idealizadores da reunião, declarou, no início das apresentações, que aquele momento era a concretização de um sonho cultivado durante muitos anos por alguns magistrados: a instalação de um espaço cultural no Tribunal.

“A ideia é que se faça um espaço permanente para se criar arte, ou seja, música, teatro, poesia, artes plásticas, inicialmente para desembargadores, magistrados e servidores, e posteriormente, aberto a grupos de fora. Funcionará como um sarau, que é um encontro democrático, que permite a participação de qualquer um que deseje se expressar da maneira que quiser”, afirmou o magistrado, momentos antes de surpreender os presentes com seu talento vocal e habilidade no violão.

Os servidores Alexandre Vogelsanger Hungria de Camargo, Luiz Eduardo de Menezes e João Guilherme de Castro foram responsáveis pelas execuções ao piano. O instrumento, da marca Fritz Dobbert, foi doado ao Tribunal pelo vice-presidente do TRT-PR, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, que estava presente no encontro, ao lado de sua esposa, a juíza Ana Maria das Graças Veloso. Foram apresentadas obras de Chopin, Piazzola e Ernesto Nazareth, este último,



*Estiveram presentes os desembargadores Altino Pedrozo dos Santos (vice-presidente do TRT-PR) e Eneida Cornel*

aliás, o grande mencionado da noite, em razão das comemorações dos 150 anos de seu nascimento. Em seguida, o Grupo Vocal Paraná em Cantos, composto por servidores do Tribunal, apresentou, sob o comando do maestro Anderson Nascimento, a canção “Corcovado”, de Tom Jobim.

Em seguida, o desembargador Ricardo Tadeu e os servidores se juntaram para cantar e tocar de forma improvisada e descontraída. O repertório incluiu obras de Cartola, Pixinguinha, Almir Sater, Lulu Santos, dentre outros.

Também estiveram presentes no encontro os desembargadores Eneida Cornel e Benedito Xavier da Silva.

*Gilberto Bonk*



*Servidores e magistrados durante o encontro*



*O servidor Luiz Eduardo de Menezes no piano. Ao fundo, o desembargador Ricardo Tadeu no violão*

## Centro de Memória recebe visita de alunos da UNINTER-FACINTER

O Centro de Memória da Justiça do Trabalho do Paraná recebeu, no dia 22 de maio, a visita de acadêmicos do curso de Direito da UNINTER-FACINTER. Os alunos conheceram o acervo do Centro de Memória, visitaram os plenários do Tribunal e tiveram a oportunidade de assistir à sessão da 4ª Turma de Desembargadores do TRT do Paraná, presidida pelo desembargador Luiz Celso Napp. Desde o começo do ano, o Centro de Memória recebeu visitas de 10 faculdades diferentes. O chefe do cerimonial, Marcos D'Assunção Zaniol, que recepcionou os alunos, contou que “cada tour busca trazer um diferencial para os visitantes. Desta vez, os alunos assistiram um vídeo sobre o Projeto Memória e uma entrevista da presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, concedida à TV Justiça”.

Informações: (41) 3310-7740 ou [memorial@trt9.jus.br](mailto:memorial@trt9.jus.br).